



Política Social na América Latina: tendências contemporâneas

Social Politics in Latin America: contemporary tendency

Camila Costa VALADÃO*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre as tendências contemporâneas das políticas sociais na América Latina. Para tanto, utiliza-se da revisão bibliográfica para evidenciar as particularidades e determinantes estruturais próprios dos países periféricos, bem como os impactos do ajuste neoliberal na região que, entre outros aspectos, aprofunda a dependência e a superexploração da força de trabalho. Trata-se, ainda, das contrarreformas do Estado baseadas no desmonte dos sistemas de proteção social, a partir das estratégias de mercantilização dos direitos e transmutação das políticas sociais em serviços privados. E, por fim, discute-se a centralidade e expansão dos mecanismos de intervenção sobre a pobreza, divulgados como principal estratégia de redução da desigualdade e da superexploração da força de trabalho.

Palavras-chave: Dependência. Superexploração. Política Social. Contrarreforma.

Abstract: This essay has the objective to reflect on the contemporary tendency of social politics in Latin America. Part of the structural determinants proper the peripheral, as well to demonstrate of the impacts of neoliberal adjustment in the region, which, among other things, deepens dependence and overexploitation of the labor force. These are also about the counter-reforms of the State based on the dismantling of social protection systems and the transmutation of social politics into private services. Finally, we discuss the centrality and expansion of the mechanisms of action on poverty, as the main strategy to reduce inequality and overexploitation of the labor force.


Keywords: Dependence. Overexploitation. Counter Reformation.

Submetido em: 10/4/2018. Revisado em: 24/8/2018. Aceito em: 14/1/2019.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre as tendências contemporâneas das políticas sociais na América Latina e os impactos das contrarreformas neoliberais na região. Parte-se da análise dos determinantes estruturais próprios dos países periféricos que atribuem especificidades ao desenvolvimento do capitalismo dependente. É importante frisar que considerar essas especificidades não

* Assistente Social. Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista CAPES. Professora da graduação de Serviço Social da Católica de Vitória Centro Universitário (CV, Vitória, Brasil). Avenida Vitória, 950, Forte São João, Vitória (ES), CEP 29017-950. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9939-7308>. E-mail: milacvaladao@gmail.com.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

significa afirmar a existência de um processo autônomo latino-americano frente ao sistema capitalista mundial, mas sim um processo comum, desigual e combinado ao mesmo tempo, como afirma Marini (2014) “[...] a história do desenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2014, p. 47).

A crise capitalista impõe à classe trabalhadora, em todas as partes do mundo, um conjunto de políticas de ajustes estruturais, orientadas pelos organismos internacionais, com o objetivo de alargar as condições para a reprodução ampliada do capital. Essas políticas são implementadas de forma desigual entre os países e regiões do mundo e possuem um impacto ainda maior na periferia, com o aprofundamento do caráter dependente das economias, o aumento da superexploração da força de trabalho e a ampliação das desigualdades sociais, especialmente a partir das contrarreformas trabalhistas e do desmonte dos sistemas de proteção social.

Verifica-se um ataque brutal aos direitos conquistados ao longo de décadas, a partir de medidas conservadoras que têm transformado as políticas sociais em serviços mercantis. Ao mesmo tempo, constata-se a expansão de políticas focalizadas de intervenção sobre a pobreza, como os programas de transferência de renda condicionada. De acordo com Boschetti (2012), a centralidade ocupada por essas iniciativas revela a opção pela gestão da pobreza, pois “[...] trata-se, nitidamente, de um ‘pobre’ programa, que ‘custa’ pouco, não atinge a estrutura da desigualdade, mas possui forte impacto político” (BOSCHETTI, 2012, p. 52).

Entre os impactos políticos está a propagandeada redução dos indicadores da pobreza na América Latina: de 33,5%, em 2008, para 28,2%, em 2012; e de extrema pobreza: de 12,9%, em 2008, para 11,3%, em 2012 (STEIN, 2013). Ainda que com uma pequena redução nos índices da pobreza e extrema pobreza, concordamos com Sitcovsky (2013) que a expansão das políticas de assistência social – via programas de transferência de renda –, longe de representar a adoção de um novo receituário para as políticas sociais, vem consolidando as tendências regressivas para a proteção social nos países latino-americanos.

É diante desse quadro que se pretende refletir sobre as algumas tendências das políticas sociais na América Latina, buscando resgatar e desmistificar as transformações em curso na região.

1 Capitalismo dependente e contrarreforma

A América Latina é uma *unidade contraditória* que compartilha uma inserção específica na divisão internacional do trabalho e um caráter dependente frente à lógica de acumulação do capital mundial (CARCANHOLO, 2014). Embora com especificidades nacionais, locais e sub-regionais, a dependência estabelece a unidade latino-americana (CARCANHOLO, 2014)¹. A região se desenvolve enquanto tal a partir do processo de formação do capitalismo, como

¹ De acordo com Marini (2005), a dependência é compreendida “[...] como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2005, p. 141).

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, no momento da expansão mercantilista europeia, no Século XVI (MARINI, 2005). A partir do Século XIX, com as nações formalmente independentes, a região é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matéria-prima e alimentos (MARINI, 2005).

Considerando esse processo histórico, do período pré-capitalista até a consolidação do modo de produção capitalista, os países da periferia foram expropriados pelos do centro (CARCANHOLO, 2008). Posteriormente, a extração do excedente nos países periféricos ocorreu através dos fluxos comerciais, dentro dos mecanismos de transferência de valor (CARCANHOLO, 2008), conforme destacado por Marini (2014)²:

[...] uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção (MARINI, 2014, p. 52).

Essa dinâmica de intercâmbio desigual resulta no capitalismo dependente na superexploração da força de trabalho, mecanismo utilizado como compensação pelos capitalistas na periferia para enfrentar as transferências de valor para o centro da acumulação (CARCANHOLO, 2008)³. De acordo com Marini (2005), a superexploração é a “[...] intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2005, p. 125).

A partir da dinâmica capitalista contemporânea, especialmente após a década de 90, o caráter dependente das economias latino-americanas é ainda mais aprofundado, por meio da intensificação dos mecanismos de transferência de valor, dos processos de privatização, da *estrangeirização* do aparato produtivo (liberalizando a atuação dos capitais transnacionais) e da abertura comercial e financeira (CARCANHOLO, 2017). A posição de provedora de matéria-prima da América Latina é ainda mais acentuada através do tripé “[...] transnacionalização-desindustrialização-reprimerização” (CARCANHOLO, 2014, p. 14)⁴.

² Carcanholo (2008) sistematiza três condicionantes histórico-estruturais da dependência: “[...] (i) as transferências de valores a partir da [...] redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes – geralmente produtos primários e/ou com baixo valor agregado – em face dos preços dos produtos industriais e/ou com maior valor agregado importados dos países centrais [...]; (ii) a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e *royalties*, pela simples razão de os primeiros importarem capital dos últimos; (iii) a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes e colocando os países dependentes periféricos à mercê do ciclo de liquidez internacional” (CARCANHOLO, 2008, p. 255).

³ Sobre a categoria superexploração, Carcanholo (2013) destaca dois aspectos importantes: “[...] a) se trata de uma categoria que não pode ser confundida com as distintas formas que existem no capitalismo para elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração), ainda que esta categoria só se possa materializar através justamente destas formas; e b) a superexploração da força de trabalho é uma categoria específica da economia dependente – portanto em um menor nível de abstração do que as leis gerais do modo de produção capitalista – ainda que, evidentemente, as distintas formas de elevar a taxa de exploração (mais-valia) sejam características de toda e qualquer economia capitalista” (CARCANHOLO, 2013, p. 198).

⁴ Carcanholo (2014) destaca que o capitalismo contemporâneo “[...] impôs para a América Latina um ajuste estrutural que fez com que a economia voltasse a um padrão de inserção na divisão internacional do trabalho caracterizado pela especialização de sua estrutura produtiva, e da pauta exportadora, em produtos primários,

A expansão das chamadas *commodities*, “[...] mercadorias baseadas em recursos naturais e matérias-primas, em cuja produção/exportação se voltou a especializar a América Latina com o aprofundamento do neoliberalismo [...]” (CARCANHOLO, 2017, p. 151, tradução nossa), é um exemplo desse modelo, gerando profundas transformações e consequências para a agricultura, o abastecimento, o emprego e o meio ambiente (KATZ, 2016)⁵. O crescimento da produção da soja na América Latina é uma demonstração:

[...] tem se difundido na Argentina, Brasil, Paraguai, e Uruguai, destruindo outros cultivos, mediante um modelo que utiliza sementes transgênicas e dependência da Monsanto como única fornecedora. Como requer pouca mão de obra para produzir o óleo ou ração para animais, gera apenas um emprego para cada 100-500 hectares (KATZ, 2016, p. 20).

Outro exemplo é a mineração que utiliza enormes volumes de água e resulta em contaminações, desastres ambientais, desaparecimento de geleiras andinas, degradação da bacia amazônica, conforme evidencia Katz (2016):

Para extrair mineral, são dinamitadas montanhas e as rochas são dissolvidas por meio de compostos químicos (*fracking*). Como estas técnicas substituem a velha escavação e necessitam de maior investimento, tem se potencializado a presença de empresas estrangeiras, que obtêm vultuosos lucros com pequena tributação. As empresas do Canadá – junto com australianos, belgas, suecos e estadunidenses – controlam a maior parte desses empreendimentos (KATZ, 2016, p. 21).

Essas políticas provocaram uma ampliação dos níveis de vulnerabilidade externa, uma crescente superexploração da força de trabalho e o crescimento das desigualdades sociais (AMARAL, 2012), com a chamada flexibilidade das relações de trabalho e o desmonte dos sistemas de proteção social.

De forma direta, as contrarreformas⁶ trabalhistas realizadas em vários países da região impuseram perdas de direitos aos trabalhadores com: a ruptura do *princípio da estabilidade*; a facilidade de contratação e demissão, estimulando a contratação temporal, sem encargos para o patrão; a flexibilidade da jornada de trabalho; o aumento das contribuições sociais do

baseados em recursos naturais, com baixas produtividades, em média, e ainda com forte presença de capital estrangeiro” (CARCANHOLO, 2014, p. 14).

⁵ Segundo Katz (2016), em todos os países da América Latina “[...] se fortaleceu um empresariado que opera os negócios rurais com critérios capitalistas de acumulação intensiva. A velha oligarquia encabeçou esta reconversão, em estreita associação com as grandes empresas do *agrobusiness*. Os pequenos produtores são onerados com o encarecimento dos insumos, maior pressão competitiva e crescente transferência de riscos, através de contratos formatados às regras da exportação. Devem formatar sua atividade a novas exigências de refrigeração, transporte e insumos agroquímicos para gerar produtos nos moldes do *marketing* global. Frequentemente ficam endividados, vendem a terra e terminam engrossando a massa de excluídos que emigra para as cidades” (KATZ, 2016, p. 20).

⁶ Utilizamos aqui a ideia de *contrarreforma* para caracterizar essas alterações no âmbito do Estado orientadas para o mercado. Concordamos com Behring e Boschetti (2007) que embora o termo *reforma* tenha sido utilizado largamente para justificar essas medidas, especialmente no Brasil, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, a sua utilização constitui uma apropriação indébita, uma vez que “[...] é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 149).

trabalho e a diminuição das correspondentes ao capital; a ruptura da chamada *rigidez* da legislação sobre o salário mínimo (VALENCIA, 2010).

Desse modo, as novas configurações assumidas pelo trabalho na região, de acordo com Valencia (2010), estão assentadas em:

- a) intensificação do trabalho; b) aumento progressivo da jornada de trabalho; c) diminuição dos salários reais e, d) intenso processo de precarização da força de trabalho e do emprego, o que implica, sobretudo, na perda de direitos para os trabalhadores; e, por fim, e) aumento do desemprego e do subemprego em todas as suas formas, com o consequente aumento da pobreza (VALENCIA, 2010, p. 70).

Além das transformações na esfera do trabalho, as alterações no âmbito das políticas sociais impactam sobremaneira o acesso aos direitos na América Latina. As contrarreformas foram baseadas no desmonte dos sistemas de proteção social, a partir das estratégias de substituição dos sistemas públicos e universais por seguros privados, ligados ao capital financeiro, e alterações constitucionais que reduziram ou eliminaram direitos constituídos ao longo de décadas (SOARES, 2010).

O objetivo principal dessas medidas é alargar as condições para a reprodução ampliada do capital através de novos espaços de acumulação e valorização, com a mercantilização das necessidades humanas e a transmutação das políticas sociais em serviços (GRANEMANN, 2007). Verifica-se, então, um redirecionamento nas funções do Estado, visando regular e normatizar políticas sociais que são potencialmente capazes de constituir nichos de acumulação por meio de sua privatização e redução, como é o caso da saúde, previdência, mas também educação, habitação, transporte, etc. (BOSCHETTI, 2016). E, ao mesmo tempo, um alargamento das políticas assistenciais focalizadas. Abordaremos mais essas tendências no próximo item.

2 Política social na América Latina

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são resultantes das contradições do capitalismo e produto histórico-social da luta de classes (BEHRING, 2016). Compõem, por um lado, a pauta da classe trabalhadora, tendo em vista sua reprodução e, por outro, as estratégias econômicas e políticas do capital, como um componente central na garantia das condições gerais da produção e reprodução social (BEHRING, 2016).

De maneira geral, o final do Século XIX é reconhecido como período em que o Estado capitalista passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais planejada, mas só é possível falar de sistemas de proteção social públicos após a crise de 1929, nos países capitalistas da Europa Ocidental⁷. Após 1945, esses sistemas de proteção se desenvolveram largamente, “[...] assentados na garantia de oferta de serviços e demanda efetiva de consumo, sendo as

⁷ De acordo com Boschetti (2016), “[...] um sistema de proteção social não é somente a justaposição de programas e políticas sociais, e tampouco se restringe a uma política social, o que significa dizer que a existência de políticas sociais em si não constitui um sistema de proteção social. O que configura a existência de um sistema de proteção social é o conjunto organizado, coerente, sistemático, planejado de diversas políticas sociais, financiado pelo fundo público e que garante proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais” (BOSCHETTI, 2016, p. 26).

políticas sociais uma importante estratégia de manutenção do ‘pleno’ emprego e ampliação do consumo” (BOSCHETTI, 2016, p. 27). Ou seja, as políticas sociais cumpriram um importante papel para a sustentação do crescimento econômico nesse momento do desenvolvimento capitalista.

Na América Latina, a partir dos anos de 1920 e 1930, todos os países da região instituíram, de alguma forma, sistemas de proteção social (BOSCHETTI, 2007). Esses sistemas não são homogêneos entre si e as precárias condições de trabalho na região restringiram historicamente o acesso às políticas sociais. Além disso, a partir dos anos de 1980, com a implementação das medidas neoliberais, os sistemas de proteção social foram fortemente tensionados pelas contrarreformas.

A intensidade e os efeitos dessas medidas variam de acordo com os contextos de cada país, mas, no geral, é possível verificar as tendências de mercantilização dos direitos, transmutação das políticas sociais em serviços privados e a “[...] redução padronizada dos sistemas de proteção social, antes operados como equipamentos sociais universais e atualmente como benefícios pauperizados mediados pelo cartão magnético, expressão monetarizada do direito” (GRANEMANN, 2007, p. 64).

A finalidade dessas medidas é alargar as condições para a reprodução ampliada do capital através de novos espaços de valorização e reduzir o dispêndio do fundo público na realização de direitos sociais (BOSCHETTI, 2016). De acordo com Granemann (2007), o capitalismo contemporâneo, comandado pelas finanças, torna as políticas sociais, com base no acesso universal, mecanismos não apenas impróprios, mas também que interpõem severos obstáculos para a realização das exigências do capital:

[...] o capitalismo monopolista vincado pelas finanças determina um novo formato para as políticas sociais como uma necessidade essencial de reprodução de acumulação capitalista. Estas devem, objetiva e subjetivamente, envolver e possibilitar a ‘inserção’ da força de trabalho no mundo das finanças, que, por serem ‘bolsas’ – são estas as políticas sociais – viabilizam-se por intermédio de instrumentos creditícios e financeiros e são operados por grandes instituições bancário-financeiras. A modelagem dessas novas mercadorias exige do Estado a redução das políticas sociais como equipamentos públicos e sua transformação em ‘direitos monetarizados’ operados nos mercados bancário-financeiros, e não mais como ações do Estado executadas por um corpo de servidores próprios (GRANEMANN, 2007, p. 58).

Verifica-se, então, que as políticas sociais estruturadoras, como saúde, educação e previdência, por exemplo, transformaram-se em serviços mercantis, enquanto as políticas focais são amplamente incentivadas (MOTA, 2014). É evidente a centralidade e expansão dos mecanismos de intervenção sobre a pobreza na América Latina, pautados na difusão da contraposição entre universalidade e seletividade, sendo esta última propagandeada como “[...] forma mais eficiente e eficaz de alocação dos recursos escassos” (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 111). Segundo os defensores da focalização, a atuação pública seletiva é justificada pelos princípios da *eficácia* e da *moralidade*:

[...] se considera que a atuação pública deva ser seletiva pelas seguintes principais razões: aplicam-se com mais eficácia e moralidade critérios de redistributivos e

igualitaristas; enfrentam-se situações de pobreza e exclusão de forma mais orientada (sem perder o foco) e efetiva; gasta-se menos; e, tecnicamente, atua-se de forma mais eficaz na gerência de programas e projetos a serem desenvolvidos (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 113).

Desse modo, em vez de se consolidarem na América Latina políticas públicas universais, que garantam direitos fundamentais para a parcela majoritária da população, vêm se concretizando programas focalizados “[...] que permitem apenas o acesso a precários e mal financiados serviços públicos” (SOARES, 2010, p. 17).

Essa expansão de programas assistenciais focalizados conta, ainda, com o estímulo dos organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esses organismos vêm atuando cada vez mais como órgãos políticos, como propagadores dos fundamentos ideológicos das estratégias neoliberais (UGÁ, 2008). Segundo Pereira (2010), as produções do Banco Mundial têm servido de suporte para uma espécie de *pobretologia*, “[...] isto é, à imposição da pobreza como unidade de análise, parâmetro legítimo e foco obrigatório para toda e qualquer iniciativa no âmbito da assistência [...]” (PEREIRA, 2010, p. 267). Embora a literatura relativa à pobreza seja profundamente marcada pela controvérsia, a concepção de pobreza formulada pelo Banco Mundial tem, hoje, uma inegável influência em todo o mundo (LEITE, 2015).

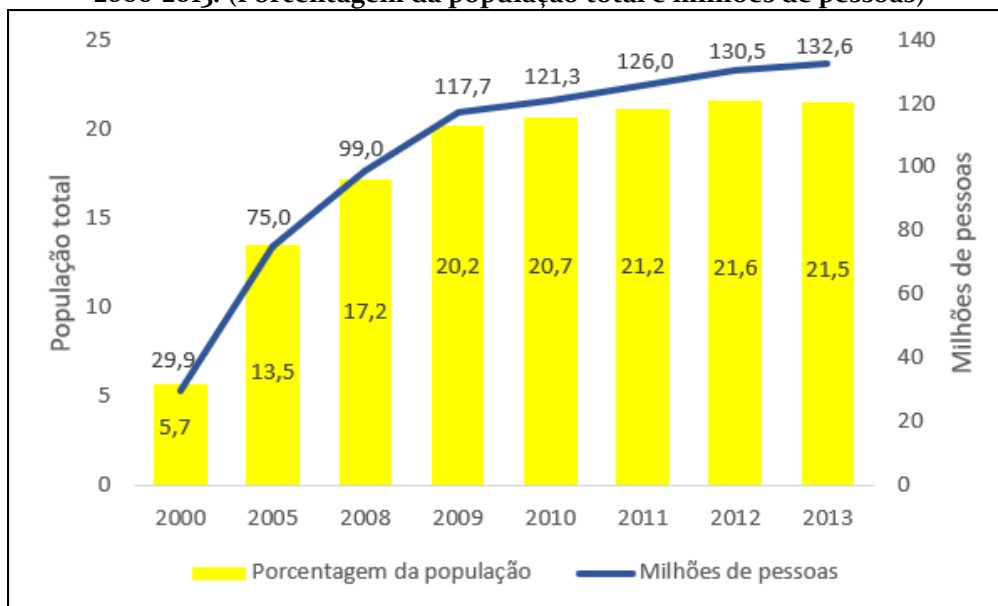
A partir desse lugar privilegiado que a pobreza assume no debate contemporâneo sobre a política social, concordamos com Mauriel (2010) que

[...] O problema não está só na prioridade da pobreza, enquanto categoria de análise para pensar as políticas sociais, mas na forma e no tratamento dado aos ‘pobres’, que são renomeados por suas fragilidades, descontextualizados, des-historicizados, aparecendo no discurso tecnocrático reconstituídos por um novo tipo de vigilância moral (MAURIEL, 2010, p. 174).

É nesse contexto de difusão ideológica dos postulados neoliberais, que buscam reduzir a questão social à pobreza e escamotear a sua gênese, que os denominados Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTC) ganham notoriedade e popularidade na América Latina⁸. Os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2016) ilustram a ampliação do número de famílias atendidas entre 2000 e 2013, em 21 países da região.

⁸ Concordamos com Coggiola (2013) que cabe questionar “[...] a própria noção de ‘transferência de renda’, que provoca a impressão de um imposto pago pelos setores mais abastados para financiar a sobrevivência dos mais pobres, e que classifica as classes sociais, não pela sua relação com os meios de produção e de troca, mas pelo seu ‘nível de renda’. Os programas sociais compensatórios são financiados, basicamente, não pela taxaço do capital, mas pela taxaço do salário, na forma de impostos ou contribuiçoes [...]” (COGGIOLA, 2013, p. 110).

**Gráfico 1 – América Latina e Caribe (21 países):
população que participa de programas de transferência de renda condicionada,
2000-2013. (Porcentagem da população total e milhões de pessoas)**



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2016).

Segundo Stein (2013), os PTC alcançam, atualmente, mais de 30 milhões de famílias, o equivalente a 127 milhões de latinoamericanos e caribenhos. Os programas com maior número absoluto de usuários na região são: o Bolsa Família, no Brasil (13,8 milhões de famílias e 56,4 milhões de pessoas); o *Oportunidades*, no México (6,5 milhões de famílias e 31,2 milhões de pessoas); o *Familias em Acción*, na Colômbia (2,8 milhões de famílias e 11,7 milhões de pessoas); o *Bono de Desarrollo*, no Equador (1,2 milhões de famílias e 6,4 milhões de pessoas). Como característica comum a todos os programas, Stein (2013) destaca a transferência monetária para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, mediante o cumprimento de condicionalidades. Tais condicionalidades, de maneira geral, requerem o compromisso com a assistência escolar e controle de saúde dos filhos e são atribuídas às mulheres, reforçando o papel histórico de cuidadoras e as desigualdades de gênero (STEIN, 2013).

Essa centralidade ocupada pelos PTC na América Latina revela o papel estratégico que essas ações possuem no capitalismo dependente para manutenção do atual padrão de acumulação. Nesse sentido, concordamos com Boschetti (2016) que

O investimento em programas assistenciais pífios, focalizados e recheados de condicionalidades, aliado à manutenção do desemprego estrutural e ao não investimento em políticas universais é uma estratégia útil ao capitalismo para regular o mercado a baixo custo em contexto de crise estrutural (HETTI, 2016, p. 25).

A ampliação da assistência social nessa conjuntura, propagandeada como estratégia de redução da pobreza e da superexploração da força de trabalho é, para além da aparência, elemento intrínseco aos processos de expropriação e de superexploração, pois “[...] participa do movimento mais geral que cria as bases sociais de reprodução do capital, qual seja, assegurar com menor custo a reprodução ampliada da classe trabalhadora e dos que não podem trabalhar” (BOSCHETTI, 2016, p. 27).

Além de ser parte do movimento mais geral dos processos de expropriação e de superexploração, a expansão da assistência social via programas de transferência de renda contribui para o que Granemann (2007) denomina de monetarização da política social, por meio da substituição dos equipamentos sociais universais pelas *bolsas*. Enquanto estas iniciativas garantem *boa reputação* e votos aos governos promotores, recursos exorbitantes são destinados para a remuneração das instituições bancárias, responsáveis por essas operações⁹. O que resta nessa conjuntura para uma parcela significativa da população é um tipo de *cidadania monetária*, promovida pelos programas assistenciais focalizados, mediada pelo cartão magnético e operada por grandes instituições bancário-financeiras (GRANEMANN, 2007).

Considerações finais

Partir das determinações estruturais e sócio-históricas do capitalismo *sui generis*¹⁰ da América Latina nos facilita captar o movimento dialético entre o centro e a periferia, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, compreendendo essas relações como parte do processo de acumulação e não como *acidente* ou *estágio inferior*. Não é por acaso que a América Latina é a segunda região mais desigual do planeta, abaixo apenas da África Subsaariana.

Por outro lado, elementos intrínsecos ao processo de acumulação capitalista na periferia, como a dependência e a superexploração da força de trabalho, são ainda mais aprofundados com as medidas neoliberais, exacerbando o sofrimento e as precárias condições de vida da classe trabalhadora na região.

A proteção social, historicamente restrita no continente, assume contornos ainda mais profundos com os processos de contrarreformas. Os princípios da focalização e seletividade são amplamente difundidos nesse contexto como sinônimo de *eficiência* e *eficácia*, com a finalidade de ocultar as estratégias de despolitização da questão social por meio de sua redução à pobreza, o que oculta a sua gênese e facilita a responsabilização dos sujeitos individualmente, além de contribuir para a redução das necessidades humanas à “[...] mísera expressão animal” (PEREIRA; STEIN, 2010).

Não há política neutra e o processo em curso na América Latina confirma, ainda que tentem disfarçar, o caráter autoritário e classista das medidas aplicadas. A mercantilização de políticas capazes de constituir nichos de acumulação, a focalização e monetarização são parte de um mesmo processo. As tendências revelam de forma inteligível o projeto de expansão do setor privado, através do provimento de serviços sociais, até então sob responsabilidade do Estado, e a ampliação das relações entre os-as trabalhadores-as e as instituições bancário-financeiras, responsáveis, por exemplo, pela operacionalização dos

⁹ Segundo Silva (2012), em análise da remuneração das instituições financeiras que operam os programas de transferência de renda no Brasil (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia), entre 2006 e 2010, o governo repassou mais 1,7 bilhão de reais para remuneração dos agentes pagadores no país.

¹⁰ De acordo com Marini (2005), ao contrário do que afirmam alguns estudos sobre a América Latina, “[...] mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2005, p. 138).

programas de transferência de renda. Resta-nos, então, a crítica implacável e a organização coletiva para enfrentar a barbárie capitalista.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina? Elementos para uma investigação. In: GALVÃO, Andreia et al. (org.).

Capitalismo: crises e resistências. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BEHRING, E. R. A condição da política social e agenda da esquerda no Brasil. **Ser Social**, Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-19, jan./jun. 2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal.**

Observatório da Cidadania, 2007. Disponível em:

<http://www.ibase.br/userimages/seguridade1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

BOSCHETTI, I. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, Evilasio et al. **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, Super-explotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx.** Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. **Argumentum**, Vitória, v. 6, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em:

<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8207>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. Programas sociais compensatórios: a experiência brasileira. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun. 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Desarrollo social inclusivo: una nueva generación de políticas para superar la pobreza y reducir la desigualdad em América Latina y el Caribe.** Santiago, 2016.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 56-68, 2007.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimento, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LEITE, Izildo Corrêa. Carentes, incapazes, não sujeitos: a concepção de pobre(za) formulada pelo Banco Mundial. In: ARZATE Salgado, Jorge (coord.). **La pobreza como construcción científica, ideológica y política: cuatro ensayos desde América Latina**. México (DF): Eón, 2015. p. 27-49.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Configurações: Revista de Sociologia**, n. 10, 2014.

PEREIRA, P. A.; STEIN, R. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre e América Latina. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em crise: Política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do "combate à pobreza". **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 260-282, jul./dez. 2010,.

SILVA, Giselle Souza da. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, E. et al. **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SITCOVSKY, Marcelo. Dez anos de governos do Partido dos Trabalhadores: pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun. 2013.

SOARES, Laura Tavares. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas – retrocessos, recorrências e avanços. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, 2010.

STEIN, Rosa Helena. Desarrollo y gestión de la pobreza: los mínimos sociales en América Latina. In: CONGRESO DE LA RED ESPAÑOLA DE POLÍTICA SOCIAL (REPS): "Las políticas sociales entre crisis y post-crisis", 4., 2013, Madri. **Actas...** Madri: Universidade de Alcalá, 2013, p. 1258-1272. Disponível em: <http://www3.uah.es/congresoreps2013/Paneles/panel7/sesion2/steinrosa@gmail.com/TCRos aHStein.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017.

UGÁ, Vivian Dominguez. **A questão social como “pobreza”**: crítica à conceituação neoliberal. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VALENCIA, A. S. Toyotismo, automatização flexível e superexploração do trabalho na América Latina. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, jul./dez. 2010.

Camila Costa VALADÃO

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (2007). Mestre (2010) e doutoranda em Política Social pela UFES. Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Católica de Vitória. Tem experiência na área de Serviço Social, políticas sociais, direitos humanos e juventude.
